



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Resultado do PIB do 2T26 é o destaque da semana no Brasil. Nos EUA, agenda traz dados do mercado de trabalho.

- O principal destaque da semana será a divulgação do PIB do 2º trimestre, que deve reforçar os sinais de desaceleração da atividade econômica.** O consenso da Bloomberg projeta crescimento de 0,4% no período, abaixo da alta de 1,1% observada no trimestre anterior. Pela ótica da oferta, o resultado deve mostrar moderação dos serviços e avanço da indústria concentrado no setor extrativo, com desempenho mais fraco da transformação. Pela demanda, o consumo das famílias tende a seguir resiliente, apoiado pelo mercado de trabalho, enquanto os investimentos devem sentir de forma mais intensa os efeitos dos juros elevados. Na comparação com o 2T25, o PIB deve crescer 1,8% e o carregamento estatístico indica alta de 1,7% no ano. Ambos sugerem ainda uma expansão próxima de 2% em 2026, embora os indicadores mais recentes sugiram um segundo semestre menos dinâmico, elevando os riscos de revisões para baixo das projeções de crescimento.
- Ainda no âmbito da atividade, o IBGE divulga o dado da produção industrial de julho, na quarta (2), trazendo as primeiras informações oficiais sobre a atividade no 3T26.** A expectativa do mercado é de alta de 0,4% no mês, mesmo após queda acumulada de 3,5% do setor nos últimos dois meses. Caso se confirme, o resultado tende a reforçar os sinais de arrefecimento da atividade no início do 3º trimestre.
- Hoje cedo, o Banco Central mostrou que o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 1,4 bi em julho.** O resultado próximo do equilíbrio foi influenciado pelo número positivo do governo central, conforme já divulgado pelo Tesouro na última quinta-feira, que reduziu o efeito do déficit dos governos regionais, de R\$ 8,2 bilhões. Ainda assim, o déficit nominal seguiu elevado no período, em R\$ 97,6 bi, em razão dos elevados gastos com juros, o que levou a nova alta da dívida pública, que subiu de 81,9% para 82,5% do PIB, alta de 0,6 p.p..
- A balança comercial deve seguir mostrando dinamismo das exportações em agosto, sustentando o avanço do superávit.** O consenso projeta superávit de US\$ 7,1 bi no mês, superior ao registrado em ago/25 (US\$ 6,0 bi), em função do crescimento das vendas externas, sobretudo soja e petróleo, que compensa o recuo das exportações de carnes (fim da cota chinesa). As importações também devem crescer, mas em ritmo um pouco inferior ao das exportações. Caso o resultado se confirme, o saldo deve atingir US\$ 81,1 bi (ante US\$ 7,9 bi) em 12 meses, maior nível desde set/24 (US\$ 86,0 bi). O dado será divulgado na sexta (4).
- Em relação ao setor bancário e mercado de crédito, o Banco Central divulga na quarta (2) a Ata da última reunião do Comef.** O Comitê de Estabilidade Financeira manteve o Adicional de Capital Contracíclico do Brasil (ACCP) em 0% e avaliou, [segundo nota pós-reunião](#), que o SFN segue resiliente. Contudo, ponderou que o cenário é caracterizado por “elevação dos níveis de inadimplência, comprometimento de renda e endividamento das famílias, bem como pelo endividamento das empresas”. Adicionalmente, apontou que a participação de modalidades de crédito mais onerosas na composição da dívida das famílias é um ponto de atenção. A principal novidade foi a sinalização que o BC “prepara medidas voltadas à mitigação dos riscos decorrentes dessa dinâmica”. Portanto, a Ata será importante pois pode detalhar quais medidas estão sendo estudadas.
- No cenário internacional, destaque para a divulgação do relatório de emprego (payroll) de agosto nos EUA, nesta sexta-feira (4), que deve mostrar alguma recuperação no mês.** A expectativa de mercado é de criação de 55 mil vagas no mês, após a redução de postos em julho (-23 mil). Já a taxa de desemprego deve permanecer estável em 4,1%, mantendo-se em patamar baixo, mas em função da recente queda da taxa de participação. A leitura será importante para avaliar se o resultado negativo de julho teve caráter pontual ou se reforça os sinais de perda de dinamismo do segmento. Nesse sentido, caberá observar qual será o apetite do Fed para elevar os juros, mesmo em um quadro de arrefecimento do mercado de trabalho, caso esse cenário se concretize.
- Na Zona do Euro, será conhecida a inflação ao consumidor (CPI) de agosto na terça-feira (1).** O consenso de mercado projeta alta de 3,3% em 12 meses, afastando-se ainda mais da meta de 2,0%, reforçando a expectativa de nova alta dos juros pelo BCE na reunião de setembro.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
31/ago	BCB: Estatísticas Fiscais	Jul/26	R\$ 6,4 bi	R\$ -55,3 bi
01/set	IBGE: PIB	2º tri/26	0,4% t/t-1 1,8% t/t-4	1,1% t/t-1 1,8% t/t-4
02/set	IBGE: Produção Industrial (PIM)	Jul/26	0,4% m/m -0,4% a/a	-1,8% m/m 1,7% a/a
02/set	Fenabreve: Emplacamento de Veículos	Ago/26	-	15,0% a/a
02/set	BCB: Ata da Reunião do Comef	3º tri/26	-	-
04/set	Secex: Balança Comercial	Ago/26	US\$ 7,1 bi	US\$ 7,1 bi

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
31/ago	China	PMI Manufatura (RatingDog)	Ago/26	51,1 pts	50,9 pts
01/set	Zona do Euro	PMI Manufatura	Ago/26 - Final	52,8 pts	51,9 pts
01/set	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Ago/26 - Prévia	0,5% m/m 3,3% a/a	0,2% m/m 2,9% a/a
01/set	EUA	ISM / PMI Manufatura	Ago/26 - Final	55,2 pts / 53,3 pts	55,6 pts / 53,9 pts
02/set	China	PMI Serviços (RatingDog)	Ago/26	50,6 pts	50,4 pts
02/set	EUA	Livro Bege	-	-	-
03/set	Zona do Euro	PMI Serviços	Ago/26 - Final	51,7 pts	51,7 pts
03/set	Zona do Euro	Inflação ao Produtor (PPI)	Jul/26	1,2% m/m 5,4% a/a	-0,3% m/m 4,6% a/a
03/set	EUA	ISM / PMI Serviços	Ago/26 - Final	54,1 pts / 56,8 pts	54,1 pts / 54,6 pts
04/set	Zona do Euro	Vendas no varejo	Ago/26	0,3% m/m	-0,3% m/m
04/set	EUA	Dados do Mercado de Trabalho Geração de Vagas / Taxa de Desemprego	Ago/26	55 mil / 4,1%	-23 mil / 4,1%

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPCA-15 recua em agosto, enquanto mercado de trabalho traz novos sinais de moderação

O IPCA-15 registrou deflação de 0,40% em agosto, recuo mais intenso que a mediana das expectativas (-0,32%) e a menor taxa para o mês desde 2022 (-0,73%). No acumulado de 12 meses, o índice desacelerou de 4,52% para 4,24%, voltando a ficar abaixo do teto da meta (4,50%).

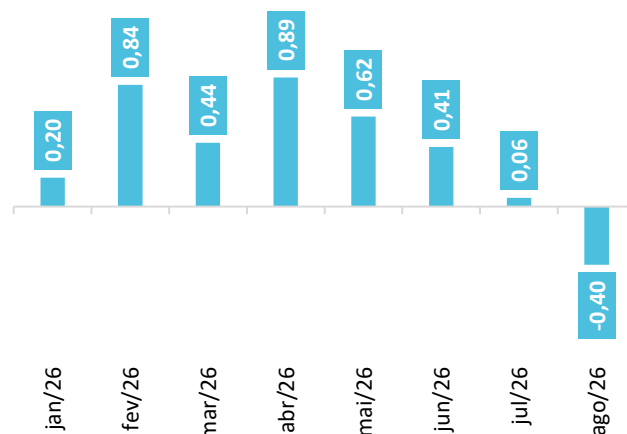
A leitura mostrou deflação nos três grupos mais relevantes do índice: alimentos e bebidas, habitação e transportes (peso conjunto de 57%). O maior recuo veio do grupo habitação (-1,41%), influenciado pela queda da tarifa de energia elétrica (-6,25%), refletindo a incorporação do Bônus de Itaipu, creditado nas faturas emitidas no mês de agosto.

O grupo transportes recuou 1,00%, em razão da queda das passagens aéreas (-13,30%), devolvendo a alta de julho (+11,70%), período marcado pelas férias escolares. Adicionalmente, os preços dos combustíveis (-1,43%) caíram pelo 4º mês consecutivo. O grupo alimentação e bebidas, por sua vez, registrou deflação de 0,57%, a segunda seguida, puxada pela alimentação no domicílio (-0,97%). Houve queda nos preços dos itens *in natura*, como tubérculos e legumes (-18,28%) e verduras (-1,44%), típica para o período, além de ovos (-4,65%) e carnes (-0,11%). Essas quedas mais que compensaram a inflação da alimentação fora do domicílio (+0,42%).

Quanto às altas no mês, destaque para as despesas pessoais (+0,66%), pressionadas pelo preço do cigarro (+5,56%), devido ao aumento do IPI sobre o produto; e educação (+0,46%), com a incorporação de reajustes nos cursos regulares (+0,52%) referentes ao 2º semestre letivo.

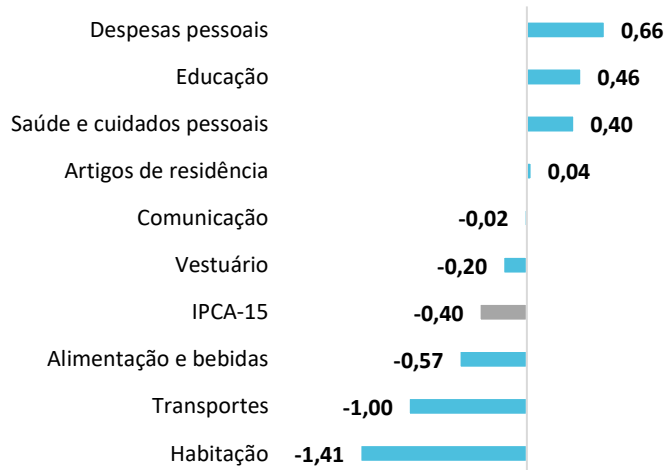
No acumulado de 12 meses, os principais componentes do índice seguem apresentando desaceleração bastante gradual, embora permaneçam acima da meta (3,0%). O núcleo de serviços, relevante para a condução da política monetária, desacelerou para 5,03% (ante 5,08%), no menor nível desde set/24 (4,61%), embora em patamar ainda elevado. Os itens monitorados também mostraram arrefecimento, atingindo 4,78% (ante 5,33%), favorecidos pela dissipação do choque do petróleo. A média dos núcleos, por sua vez, desacelerou para 4,26% (ante 4,35%). Em sentido contrário, a inflação dos alimentos no domicílio acelerou de 2,63% para 2,68% e a dos itens industriais passou de 2,62% para 2,70%, apesar de permanecerem abaixo da meta.

Quadro 1: IPCA-15
Var. % mensal



Fonte: IBGE.

Quadro 2: IPCA-15 – Abertura por grupos
Var. % mensal em ago/26



Fonte: IBGE.

Portanto, o IPCA-15 trouxe um número melhor que o esperado, mas com os alívios mais relevantes concentrados em itens voláteis ou por fatores temporários, como a energia elétrica, cujo Bônus será revertido na leitura de setembro. De toda forma, a melhora na margem tem mantido um viés de baixa para as expectativas do IPCA de 2026, que voltam a se aproximar de 5,0%. Vale lembrar que esse patamar, que implica aceleração do índice até o fim de 2026, incorpora, ao menos parcialmente, as previsões de impacto do *El Niño* sobre a inflação, sobretudo nos preços dos alimentos.

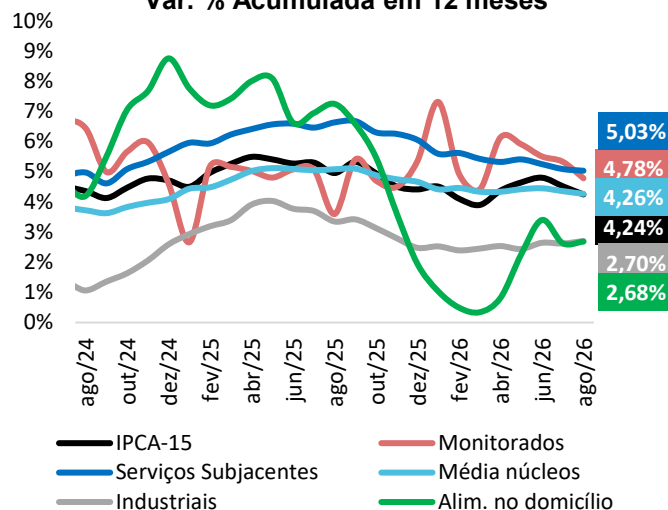
Os indicadores de mercado de trabalho de julho trouxeram novos sinais de moderação.

O Caged registrou criação líquida de 58,6 mil vagas formais no mês, bem abaixo das expectativas do mercado (115,0 mil) e inferior ao observado em jul/25 (134 mil). Na série dessazonalizada, o saldo foi de apenas 27,8 mil postos, sinalizando perda de dinamismo do emprego formal. O desempenho mais fraco refletiu principalmente a desaceleração do setor de comércio, que apresentou fechamento líquido de aproximadamente 2 mil vagas. Apesar disso, os salários de admissão seguiram em alta, com crescimento real de 0,6% frente a junho e de 2,0% na comparação interanual.

Os dados da Pnad, por sua vez, mostraram que a desocupação segue baixa, mas com piora em sua composição e arrefecimento dos rendimentos. A taxa de desocupação recuou para 5,3% (5,8 milhões de trabalhadores) no trimestre móvel encerrado em jul/26, equivalente a 5,4% na série dessazonalizada, retornando ao mesmo patamar observado em fev/26. O resultado foi sustentado pelo aumento da ocupação (+290 mil) na comparação com o trimestre encerrado em abr/26. A taxa de participação avançou de 62,1% para 62,2%, indicando continuidade da expansão da oferta de trabalho.

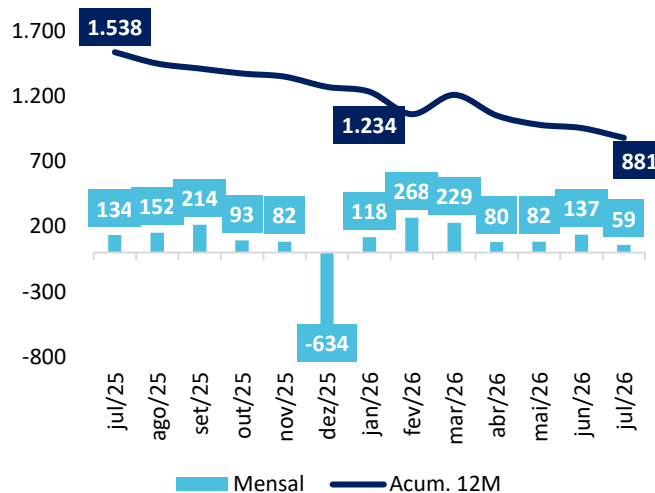
Contudo, a taxa de informalidade alcançou 39,7%, ante 39,3% no trimestre encerrado em abril, sugerindo que a expansão recente do emprego foi concentrada no segmento informal. Já o rendimento médio real recuou 0,6% na margem trimestral, mas permaneceu 3,3% acima do nível observado há um ano. A perda recente concentrou-se entre os trabalhadores informais, cujo rendimento caiu 2,4%, e entre os conta-própria informais, com retração de 1,3%. Entre os empregados com carteira assinada, a variação foi de apenas -0,2%, acumulando alta de 2,5% em 12 meses. A massa de rendimentos alcançou R\$ 383,5 bilhões, avançando 4,1% em 12 meses, preservando condições ainda favoráveis para a sustentação do consumo das famílias, mas de forma mais moderada.

Quadro 3: IPCA-15 e Aberturas
Var. % Acumulada em 12 meses



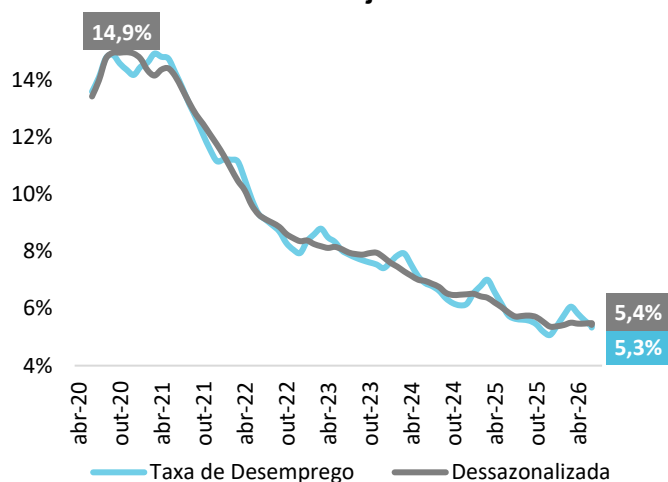
Fonte: IBGE. Núcleos: Cálculo Febraban.

Quadro 4: Geração de Vagas de Emprego Formal
Em milhares – Mensal e Acum. 12 meses



Fonte: MTE/Caged

Quadro 5: Taxa de Desemprego (%)
Oficial e com Ajuste Sazonal*



Fonte: IBGE. *Elaboração: Febraban

Portanto, os dados sugerem uma acomodação gradual do mercado de trabalho, concentrada principalmente no segmento formal. Enquanto o Caged aponta desaceleração mais evidente da geração de emprego com carteira, a Pnad continua mostrando níveis historicamente baixos de desocupação. Porém, a maior participação do trabalho informal na geração recente de postos e a moderação dos ganhos salariais reforçam a percepção de perda de dinamismo do mercado de trabalho.

Por fim, em conjunto, os dados do IPCA-15 e do mercado de trabalho reforçam a perspectiva de uma nova queda da taxa Selic na reunião de setembro do Copom (dias 15 e 16).

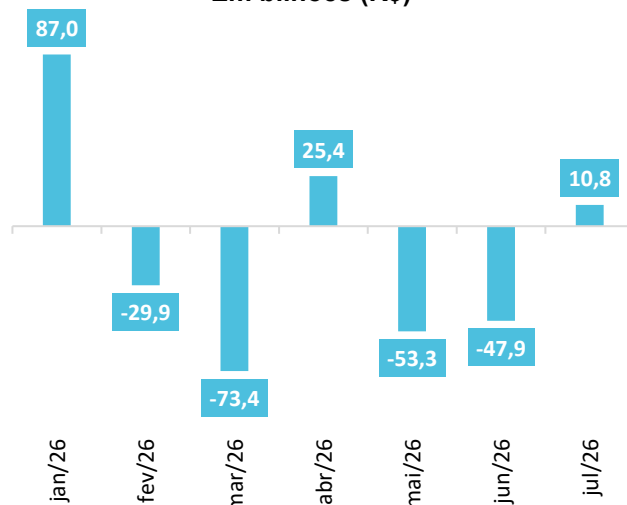
O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 10,8 bilhões em julho, em linha com as expectativas e revertendo o déficit de R\$ 59,1 bilhões observado em jul/25. O resultado refletiu o crescimento real de 7,7% da receita líquida, combinado à queda real de 20,7% da despesa total, afetada pelo calendário de precatórios. No acumulado do ano, o déficit primário alcançou R\$ 81,3 bilhões, ante resultado negativo de R\$ 70,3 bilhões em igual período de 2025.

Do lado da arrecadação, o desempenho seguiu favorecido pelos tributos incidentes sobre a renda. A receita com o Imposto de Renda avançou 9,1% em termos reais ante jul/25, refletindo, entre outros fatores, a evolução da renda do trabalho e dos rendimentos de aplicações financeiras (juros elevados). Também contribuíram as receitas associadas às mudanças tributárias, como o Imposto de Importação (+8,6%) e o IOF (+21,9%), além da arrecadação vinculada ao setor de petróleo, incluindo o imposto sobre a exportação de óleo bruto, royalties e receitas de comercialização pela PPSA.

Pelo lado da despesa, os gastos discricionários apresentaram queda real de 2,4% em julho, após registrarem forte expansão no primeiro semestre. No acumulado do ano até julho, essas despesas somaram R\$ 133,3 bilhões, ante R\$ 88,3 bilhões em igual período de 2025, movimento associado à maior execução orçamentária na primeira metade do ano, em função das eleições de outubro. As despesas obrigatórias, por sua vez, seguiram em expansão, com crescimento real de 2,9% no acumulado do ano.

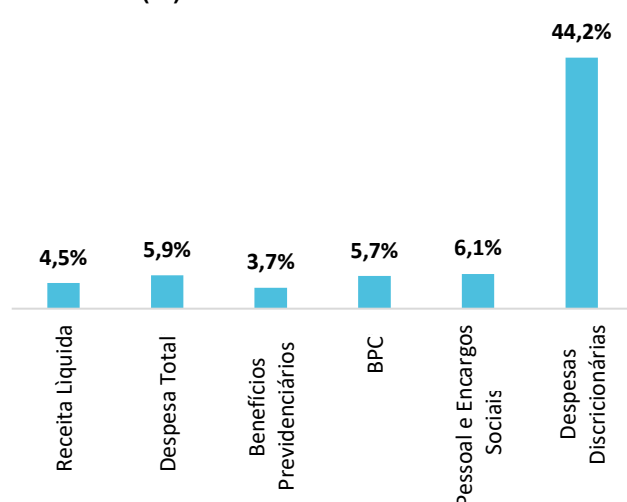
No acumulado de 12 meses, o Governo Central registrou déficit primário de R\$ 72,7 bilhões (-0,5% do PIB), ante déficit de R\$ 37,0 bilhões (-0,3% do PIB) no período encerrado em jul/25. Apesar da piora na comparação interanual, o resultado em 12 meses mostra melhora na margem, refletindo principalmente a dissipação dos efeitos de calendário relacionados ao pagamento de precatórios. O desempenho acumulado ainda é influenciado pela maior execução de despesas no primeiro semestre.

Quadro 6: Resultado Primário do Governo Federal
Em bilhões (R\$)



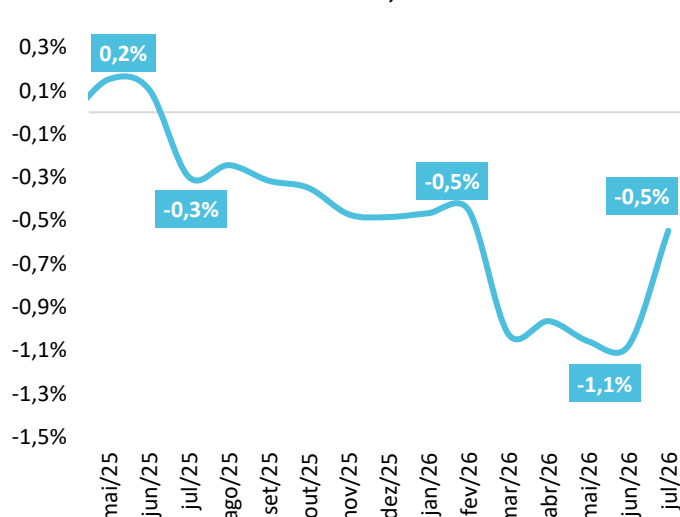
Fonte: Tesouro Nacional

Quadro 7: Resultado Fiscal do Governo Federal
Var. (%) real acumulada em 12 meses



Fonte: Tesouro Nacional

Quadro 8: Resultado Primário
Acum. 12 meses, em % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional

Para os próximos meses, a redução dos gastos discricionários tende a favorecer uma recomposição gradual do resultado fiscal no segundo semestre. Isso deve contribuir para o cumprimento da meta fiscal deste ano, que admite déficit primário de até R\$ 62,8 bilhões, considerando as deduções previstas em lei.

A balança de transações correntes registrou déficit de US\$ 8,1 bi em julho, superior ao registrado em jul/25 (US\$ 6,9 bi). O resultado refletiu um superávit menor na balança comercial (US\$ 6,2 bi; ante US\$ 6,4 bi) e déficits maiores nas balanças de serviços (US\$ -5,3 bi; ante US\$ -4,8 bi) e rendas (US\$ -9,0 bi; ante US\$ -8,5 bi). No acumulado de 12 meses, o déficit externo subiu para US\$ 62,9 bi (2,49% do PIB), ante US\$ 61,7 bi (2,47% do PIB) em junho.

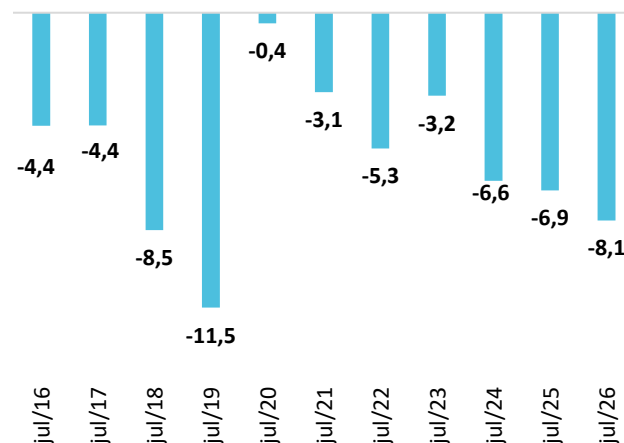
Na balança comercial, as importações cresceram em maior proporção (+8,1%) do que as exportações (+5,7%). Em serviços, o avanço do déficit decorreu do aumento das despesas líquidas de transportes (+26,3%), telecomunicações (+27,6%) e propriedade intelectual (+27,4%). Em rendas, o maior déficit foi explicado pela elevação das despesas com juros (+10,4%).

No acumulado do ano (jan-jul), o déficit em conta corrente foi 9,6% inferior ao do mesmo período de 2025, beneficiado pelo aumento do superávit comercial (+32,8%), enquanto as balanças de rendas (+10,6%) e serviços (+8,0%) mostram aprofundamento dos respectivos déficits.

O investimento direto no país totalizou US\$ 7,5 bi em julho, abaixo do registrado em jul/25 (US\$ 8,4 bi). O destaque foi a linha de ingressos líquidos em participação no capital (US\$ 7,2 bi), em sua maior parte de lucros reinvestidos no país. No acumulado de 12 meses, o IDP atingiu US\$ 88,3 bi (3,50% do PIB), pouco inferior ao pico recente, registrado em junho (3,58% do PIB), mas ainda superior ao déficit externo em cerca de 1 p.p. do PIB. Já a entrada de capitais de portfólio foi positiva em US\$ 1,1 bi em julho, acumulando US\$ 19,1 bi (0,8% do PIB) em 12 meses.

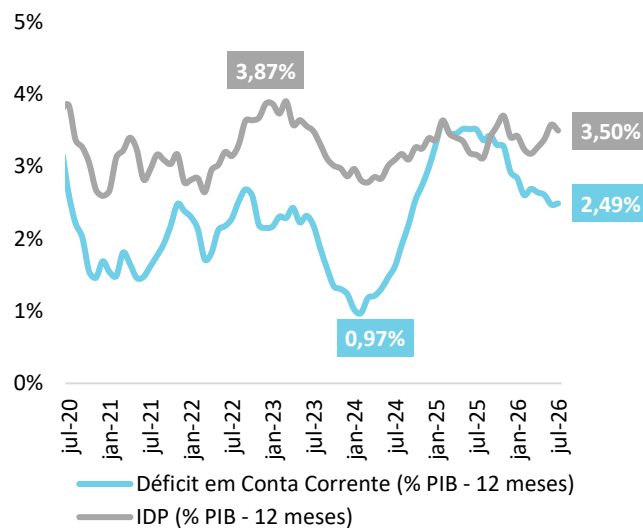
Assim, nota-se que entrada de investimento direto ficou abaixo do déficit em transações correntes em julho, pela primeira vez desde jan/26. Contudo, parte deste efeito é sazonal, pois reflete o déficit mais elevado em julho, pressionado pela balança de rendas (remessa de juros fruto do pagamento de cupom da dívida pública). Ainda assim, o IDP permanece superior ao déficit externo no acumulado em 12 meses, mantendo, por ora, um quadro relativamente favorável para as contas externas.

Quadro 9: Balança de Transações correntes
Em US\$ bi – Meses de Julho



Fonte: BCB

Quadro 10: Investimento Direto no País e Déficit em Conta Corrente – Acum. 12 meses (% do PIB)



Fonte: BCB.

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Discurso de Warsh leva mercado a precificar alta dos juros pelo Fed em setembro

O destaque da semana foi o discurso do presidente do Fed, Kevin Warsh, no Simpósio Econômico de Jackson Hole. Em sua fala, Warsh focou na estabilidade de preços: alertou que a inflação ainda não desacelera de modo significativo e reforçou que, até que esse movimento se concretize, o Fed "tem trabalho a fazer". Diante desse discurso, lido como duro (*hawkish*), o mercado passou a atribuir maior probabilidade a uma alta dos *Fed Funds* na reunião de setembro (59,7%, ante 35,4% antes do discurso), segundo a ferramenta CME.

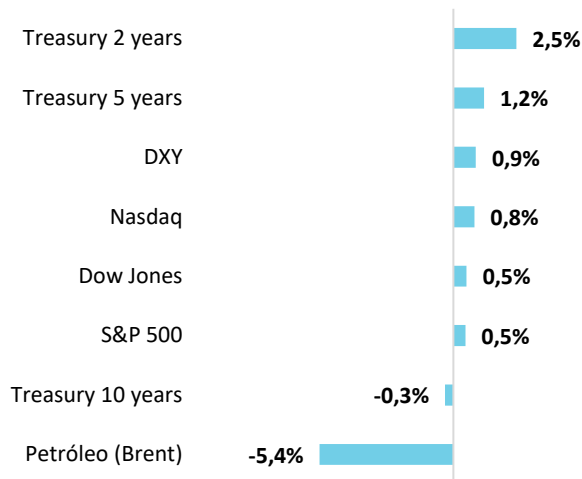
A semana também foi marcada por nova rodada de tensões geopolíticas no Oriente Médio, com os EUA anunciando novas sanções contra o Irã, embora o avanço das negociações entre o Irã e Omã para a reabertura do Estreito de Ormuz tenha contribuído para o recuo do petróleo na semana (-5,4%). Quanto aos ativos de risco, os principais índices acionários dos EUA avançaram na semana, impulsionados pelo balanço da Nvidia, que superou as expectativas e favoreceu também as ações de outras empresas de tecnologia.

Quanto aos dados, o deflator dos gastos com consumo pessoal (PCE) subiu 0,2% em julho nos EUA, ligeiramente acima do consenso (+0,1%). A alta no mês foi puxada pelos preços dos serviços (+0,3%). No acumulado de 12 meses, o índice permaneceu estável em 3,7%. Já o núcleo do indicador, que exclui alimentos e energia, também se manteve estável, em 3,3%. Portanto, tanto o índice cheio quanto o núcleo permaneceram consideravelmente acima da meta de 2%, reforçando a preocupação com o quadro inflacionário.

Já os dados dos gastos pessoais de julho indicaram certa acomodação do consumo no início do 2º semestre. Em termos reais, os gastos permaneceram estáveis, após alta de 0,4% no mês anterior. Fechando os principais indicadores norte-americanos, a leitura final da confiança do consumidor (Universidade de Michigan) caiu de 55,2 pts em julho para 51,7 pts em agosto, com os consumidores preocupados com os efeitos da inflação no orçamento familiar, sobretudo pelo recente aumento no preço da gasolina. A expectativa de inflação dos consumidores para o horizonte de 1 ano atingiu 4,0%, enquanto a esperada de 5 a 10 anos seguiu em 3,3%.

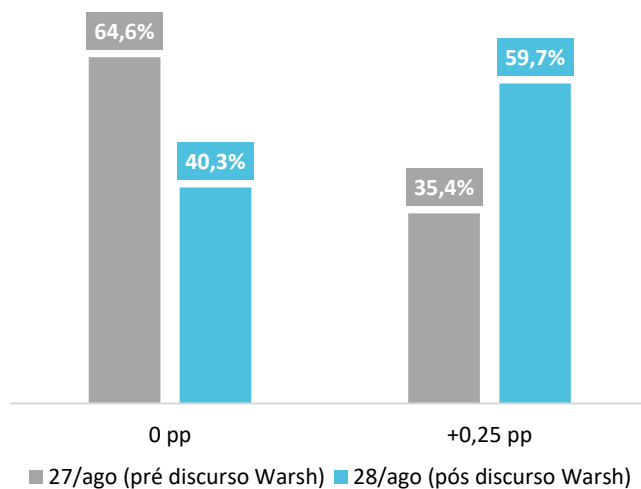
Por fim, na Zona do Euro, a leitura final da confiança do consumidor de agosto foi de -15,5 pts, ligeiramente acima do resultado do mês anterior (-15,9 pts). Apesar da ligeira melhora, o indicador segue abaixo do nível anterior à escalada nos preços de energia (-12,4 pts em fev/26), também apontando um ambiente de baixa confiança na região.

Quadro 11: Indicadores de mercado Var.% semanal



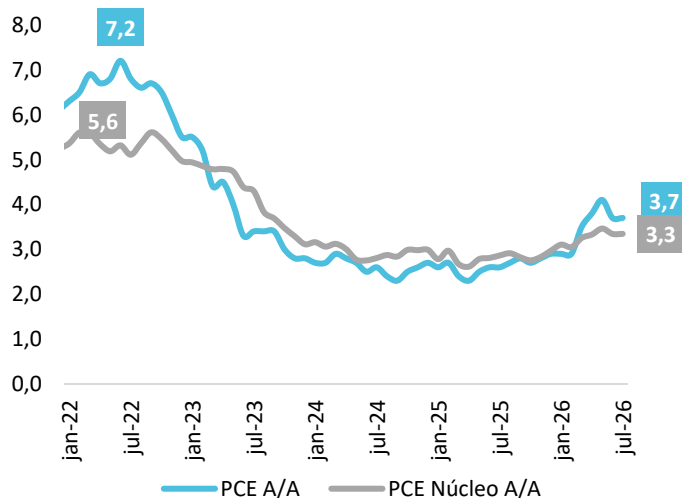
Fonte: Bloomberg.

Quadro 12: Evolução da probabilidade sobre a decisão dos juros pelo Fed na reunião de setembro



Fonte: Bloomberg.

Quadro 13: EUA – Deflator de Gastos Pessoais (PCE) - Var. % aa e % m/m



Fonte: Bloomberg.

Nota de Operações de Crédito

CRÉDITO / BANCOS

Expansão anual do crédito desacelera, enquanto inadimplência volta a avançar em julho

O saldo da carteira de crédito total avançou 0,3% em julho, um pouco abaixo da estimativa da nossa Pesquisa Especial de Crédito (+0,5%). Assim, o ritmo de expansão anual desacelerou de 9,7% para 9,5%, indicando arrefecimento do segmento, mas ainda em patamar elevado, apesar do alto nível da taxa Selic.

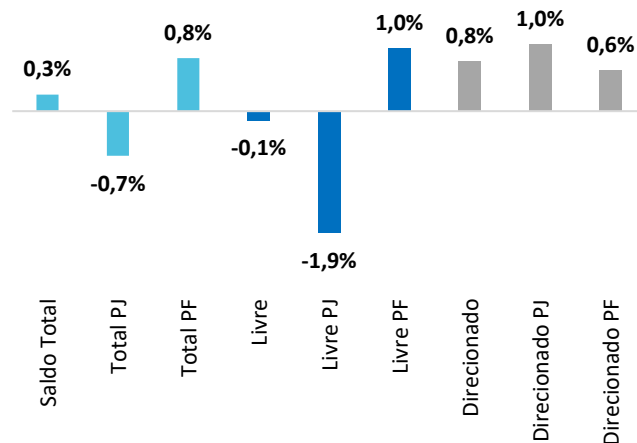
O avanço do crédito em julho refletiu a alta da carteira destinada às famílias (+0,8%), liderada pelos recursos livres (+1,0%). O avanço foi puxado pelas linhas de cartão de crédito, tanto à vista (+3,2%) quanto rotativo (+2,5%). Além disso, o consignado privado (+3,8%) segue com forte desempenho, refletindo a expansão do programa Crédito do Trabalhador. Os recursos direcionados avançaram 0,6% e continuam impulsionados pelo financiamento imobiliário (+1,4%), refletindo as mudanças no programa Minha Casa, Minha Vida e a liberação do compulsório no final do ano passado. Já o crédito rural caiu 1,0%, refletindo desembolsos ainda contidos no início do Plano Safra 2026/27, em um ambiente de novo recorde da inadimplência da linha.

No acumulado em 12 meses, o ritmo de expansão da carteira PF acelerou ligeiramente para 10,8% (ante +10,7% em jun/26), com altas praticamente idênticas entre os tipos de recursos: 10,8% (ante +11,0%) na carteira Livre e 10,7% (ante +10,4%) na Direcionada. Nos recursos livres, destaque para o consignado privado (+135,9%) e o cartão total (+14,7%), enquanto nos recursos direcionados o crédito habitacional (+13,7%), o mais relevante do segmento, continua puxando a expansão da carteira.

Já a carteira destinada às empresas recuou 0,7% no mês, em função da queda expressiva dos recursos livres (-1,9%), enquanto o segmento direcionado seguiu em alta (+1,0%), compensando parcialmente o resultado. Na carteira livre, a queda reflete o recuo sazonal em desconto de recebíveis (-8,4%), após forte alta em junho (+11,6%), e do capital de giro (-3,0%), especialmente nas operações com prazo superior a 365 dias (-3,1%), sugerindo menor apetite das IFs. No caso do crédito Direcionado PJ, o avanço foi liderado pelas linhas com recursos do BNDES (+0,7%) e pelos programas governamentais para MPMEs (+1,7%). Com o resultado, em 12 meses, o crescimento da carteira destinada às empresas desacelerou de 8,0% para 7,4%. A carteira direcionada segue com alta expressiva, de 16,8% (ante 17,6%), enquanto o avanço dos recursos livres voltou a perder força, de 2,2% para apenas 1,4%.

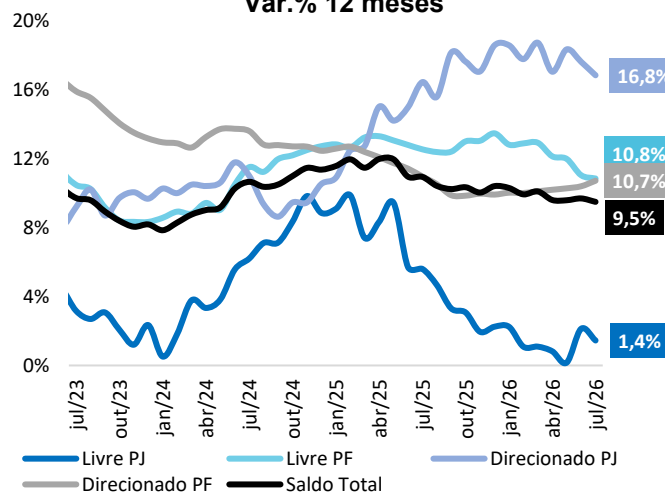
O volume total de concessões ficou estável no mês de julho, com ajuste sazonal. O resultado refletiu a alta para as famílias (+0,3%) e a queda das concessões para as empresas (-0,3%). No caso das famílias, a alta foi puxada pelos recursos livres (+2,0%), com queda em direcionados (-2,7%), em função do rural. Por outro lado, as concessões do imobiliário atingiram novo recorde mensal (R\$ 28,2 bi). No caso das empresas, o recuo ocorreu nos recursos livres (-0,2%), enquanto no direcionado houve alta de 2,2%. No acumulado de 12 meses, as concessões aceleraram de 9,1% para 9,9%, reforçando a resiliência do mercado de crédito, apesar do atual cenário econômico desafiador, marcado por Selic elevada e pela alta da inadimplência e do comprometimento de renda.

Quadro 14: Saldo – Var.% mensal – Jul/26



Fonte: Bacen

Quadro 15: Saldo Total e Aberturas Var.% 12 meses



Fonte: Bacen

A taxa média de juros recuou 1,3 p.p. no mês, para 32,1% a.a., mas segue em patamar elevado, próximo à máxima recente (33,4% a.a. em abr/26). Na mesma linha, o spread médio também caiu no mês (-1,0 p.p.), atingindo 20,9 p.p. O nível alto dos juros decorre não apenas do patamar ainda elevado da taxa Selic, mas também da contínua deterioração da percepção de risco, marcada pelos níveis elevados de endividamento, comprometimento de renda e pressão sobre os níveis de inadimplência.

Nesse sentido, o recuo mensal foi puxado pela carteira PF Livre, cuja taxa caiu 3,9 p.p., para 60,0% a.a. Destaques para os recuos de crédito pessoal não consignado sem garantia (-19,4 p.p., para 130,1% a.a.) e cartão de crédito rotativo (-6,2 p.p., para 436,2% a.a.). Em sentido contrário, a taxa de juros da carteira PJ Livre subiu 1,1 p.p., para 25,4% a.a., influenciada pelo cartão rotativo (+84,3 p.p., para 230,4% a.a.) e pelo capital de giro (+1,6 p.p., para 24,5% a.a.).

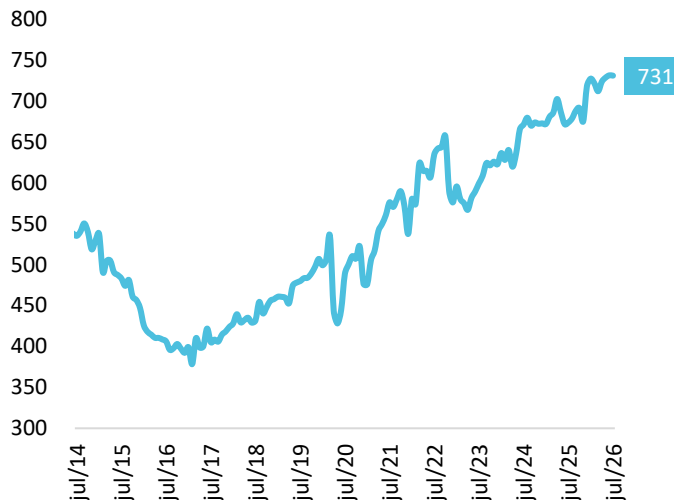
A inadimplência da carteira total (acima de 90 dias) subiu 0,3 p.p. em julho, atingindo 4,9%. Importante seguir destacando que, segundo o BCB, 51% da alta acumulada de 1,1 p.p. do indicador em 2025 (0,56 p.p.) decorreu das alterações regulatórias introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

A deterioração do indicador foi puxada pelo crédito PF (+0,4 p.p., para 5,8%), com alta tanto na carteira livre (+0,4 p.p., para 7,8%) quanto na direcionada (+0,4 p.p., para 3,4%). No caso do Livre PF, a piora segue concentrada nas modalidades mais arriscadas: cartão rotativo (+3,2 p.p., para 65,8%) e pessoal não consignado sem garantia (+1,3 p.p., para 15,3%), além do consignado privado (+1,3 p.p.), que atingiu 10,0%, em meio à rápida expansão da linha. Na carteira Direcionada PF, a inadimplência do crédito rural bateu novo recorde: 8,8%, ante 7,5% em junho e 4,5% em jul/25. Além do aumento da inadimplência, o nível de comprometimento de renda das famílias voltou a renovar a máxima histórica (28,9% em junho; defasado em um mês). A inadimplência do crédito PJ também subiu (+0,1 p.p., para 3,3%), puxada pela piora nas MPMEs (+0,3 p.p., para 6,0%), mas também com deterioração entre as grandes empresas (+0,1 p.p., para 0,8%), em linha com a sucessão de pedidos de recuperação judicial (RJ).

Assim, o crescimento do saldo de crédito segue relativamente elevado, concentrado na carteira direcionada, apoiado por programas governamentais e pelo crédito imobiliário. Apesar de os juros e spreads terem recuado no mês, a inadimplência segue como ponto de atenção, com deterioração disseminada. Portanto, o cenário segue desafiador e cada vez mais dependente das linhas direcionadas.

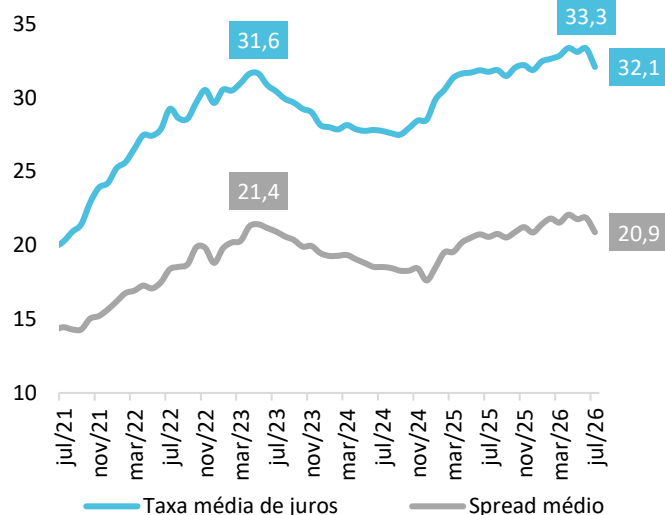
Para consultar um panorama mais detalhado das estatísticas de crédito, [clique aqui](#).

Quadro 16: Concessão Total de Crédito com ajuste sazonal – Em R\$ bi (IPCA de jul/26)



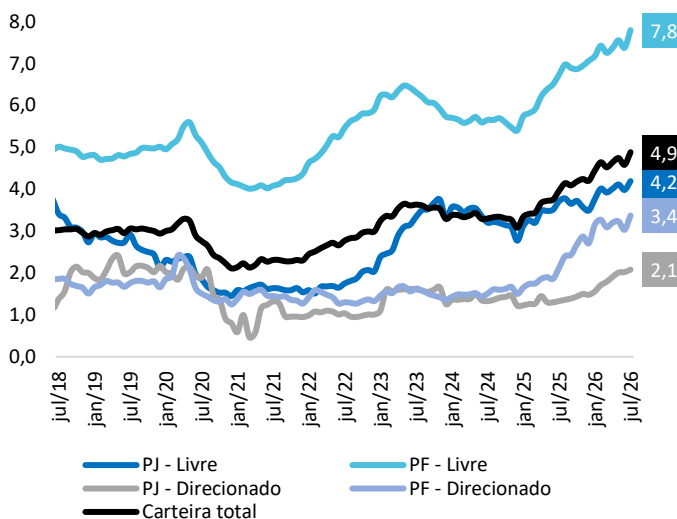
Fonte: Bacen

Quadro 17: Taxa de Juros (% aa) e Spread Médio do SFN (pp)



Fonte: Bacen

Quadro 18: Taxa de inadimplência (> 90 dias) % da carteira



Fonte: Bacen

Resultado Corporativo 2º Tri/26 Caixa Econômica Federal

CRÉDITO / BANCOS

A Caixa Econômica Federal (CEF) registrou lucro líquido contábil de R\$ 3,9 bilhões no 2º trimestre, alta de 12,4% ante o 1T26 e de 5,9% em relação ao 2T25. A rentabilidade (ROE), também no conceito contábil, atingiu 8,99% nos últimos 12 meses, com quedas de 0,14 pp e 3,42 pp no trimestre e na comparação anual, respectivamente.

A alta do lucro na comparação anual decorreu de avanços da margem financeira, receita com serviços e efeitos tributários. A margem financeira avançou 20,2% ante o 2T25, em função dos ganhos advindos da carteira de crédito e TVMs. Já a receita com serviços cresceu 12,9%, liderada pelos serviços de governo (+20,4%), seguros (+41,8%) e fundos de investimento (+23,4%). Com relação aos efeitos tributários, no 2T26 houve reconhecimento da receita de tributos diferidos com efeito positivo de R\$ 1,4 bi; em comparação, o impacto desta rubrica foi negativo em R\$ 383 mi no 2T25. Do lado das despesas, destaque para o forte avanço (+97,6%) das provisões para devedores duvidosos (PDD), que atingiram R\$ 7,0 bi no 2T26, refletindo ainda efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 no início de 2025 quanto o aumento da inadimplência, segundo a instituição. Já as despesas administrativas, subiram 5,9%, puxadas pelas despesas de pessoal (+7,8%).

A carteira de crédito da CEF avançou 11,9% em 12 meses, atingindo um saldo de R\$ 1,448 trilhão. A expansão foi puxada pelo crédito imobiliário (+15,0%), linha mais relevante da instituição (69,4% do total) e na qual é líder de mercado (68%). O avanço da carteira habitacional segue impulsionado pelos empréstimos com recursos do FGTS (+18,3%), enquanto as linhas com recursos da poupança subiram em ritmo menor (+10,2%). A carteira de crédito comercial registrou expansão de 7,8%, com alta tanto na carteira destinada às famílias (+8,7%) como para as empresas (+6,5%). Já a carteira do agronegócio cresceu em intensidade menor (+3,0%), diante dos altos níveis de inadimplência e pedidos de RJ no setor. A inadimplência da carteira total (acima de 90 dias) atingiu 3,6%, queda de 0,1 pp no trimestre e alta de 1,0 pp no ano. Na margem, a inadimplência do agro seguiu em elevação, atingindo 20,7% (ante 18,3% no 1T26 e 7,0% no 2T25). Na carteira comercial, o indicador ficou estável em 9,3%, mas segue em alto nível e com continuidade da alta no segmento PJ (de 13,2% para 14,0%). No habitacional, a inadimplência atingiu 1,4%, queda de 0,1 pp no trimestre, mas ligeira alta de 0,2 pp no ano.

Em relação às fontes de *funding*, a CEF segue com forte crescimento (+21,8%) na captação via Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), que atingiram um saldo de R\$ 271,2 bi, representando cerca de 2/3 do saldo que a IF possui em caderneta de poupança (R\$ 405,6 bi), cujo crescimento foi de apenas 3,9% em 12 meses.

Quadro 19: CEF – Itens de Resultado

Itens de resultado (R\$ milhões)	2T26	1T26	Δ%	2T25	Δ%
Lucro líquido contábil	3.899	3.469	12,4	3.682	5,9
Lucro líquido recorrente	3.899	3.469	12,4	3.682	5,9
Resultado operacional	3.343	2.660	25,7	4.730	-29,3
Margem financeira	19.664	18.280	7,6	16.358	20,2
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(6.966)	(6.518)	6,9	(3.525)	97,6
Resultado bruto da intermediação financeira	12.698	11.762	8,0	12.834	-1,1
Receita com prestação de serviços ¹	7.573	7.355	3,0	6.706	12,9
Despesas administrativas	(11.442)	(11.511)	-0,6	(10.800)	5,9
Despesas de pessoal	(7.776)	(8.018)	-3,0	(7.212)	7,8
Outras despesas administrativas	(3.666)	(3.493)	4,9	(3.588)	2,2

Quadro 20: CEF – Carteira de Crédito Ampliada

Valores em R\$ milhões	Jun26	Mar26	Δ%	Jun25	Δ%
Imobiliário	1.005.009	966.163	4,0	873.616	15,0
Crédito comercial	270.352	269.210	0,4	250.815	7,8
Pessoas físicas	156.501	154.900	1,0	143.947	8,7
Pessoas jurídicas	113.851	114.310	-0,4	106.868	6,5
Saneamento e infraestrutura	110.537	109.805	0,7	109.198	1,2
Agronegócio	62.302	64.912	-4,0	60.511	3,0
Carteira total	1.448.200	1.410.090	2,7	1.294.140	11,9



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	28/08/2026	21/08/2026	31/07/26	Viés	28/08/2026	21/08/2026	31/07/26	Viés
IPCA (%)	5,01	5,02	5,03	▼	4,28	4,25	4,22	▲
PIB (% de crescimento)	1,92	1,95	1,99	▼	1,50	1,50	1,57	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	13,75	13,75	13,75	↔	12,00	12,00	12,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	↔	5,30	5,30	5,30	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	28/08/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,20	1,08%	2,41%	-5,11%	-4,05%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	122,70	-0,94%	-1,54%	-11,41%	-10,31%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	13,80	-0,23%	-1,10%	-7,35%	-7,39%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	13,70	-0,84%	-1,08%	-0,80%	-4,52%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	14,53	0,58%	0,59%	7,78%	8,39%
Índice Ibovespa (em pontos)	175.664,63	2,71%	-1,31%	9,02%	24,54%
IFNC (setor financeiro)	18.066,29	4,99%	-4,34%	4,45%	16,56%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,34	2,54%	1,22%	25,95%	19,69%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,72	-0,29%	-0,31%	14,51%	12,29%
Dollar Index	99,69	0,90%	-0,22%	1,48%	1,92%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.711,76	0,49%	2,96%	11,83%	18,61%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	187,17	0,66%	0,07%	13,06%	24,16%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	143,54	-0,77%	-2,63%	14,59%	14,13%
Índice Euro Stoxx 50	6.485,67	0,36%	2,01%	11,89%	20,18%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	316,45	0,59%	2,05%	19,96%	40,38%
Barrel de Petróleo - tipo Brent (US\$)	89,31	-5,38%	-0,90%	44,23%	30,15%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins